

Pode o ensino de História falar em colonialismo digital?

Can history education address digital colonialism?

Natiele Gonçalves Mesquita,¹ UFPEL/SMED PELOTAS/SEDUC-RS

Resumo

Este trabalho pretende articular discussões iniciais da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História a respeito de colonialismo digital, História do Tempo Presente, Nova História Política, consciência histórica e ensino de História. Iremos delinear o trajeto da situação-problema de uso desregulado da Internet e redes sociais e possíveis implicações destas para as formulações da consciência histórica de estudantes do Ensino Fundamental. Este texto possui um caráter ensaístico e é fruto de formulações que partem da prática do ensino de História e relacionamento de ensino-aprendizagem com jovens na idade de 10 a 16 anos, que estudam entre o 6º e 9º anos.

Palavras-chave: Colonialismo digital; Consciência histórica; Ensino de história.

Abstract

This work aims to articulate initial discussions of ongoing research in the Postgraduate Program in History regarding digital colonialism, Present History, New Political History, historical consciousness, and the teaching of History. We will outline the trajectory of the problem situation of the unregulated use of the Internet and social networks and possible implications of these for the formulations of the historical consciousness of elementary school students. This text has an essayistic character and is the result of formulations that arise from the practice of teaching History and the teaching-learning relationship with young people aged 10 to 16, who study between the 6th and 9th grades.

Keywords: Digital colonialism; Historical consciousness; History education.

Preocupações iniciais

A partir da vivência em sala de aula em duas escolas públicas da cidade de Pelotas nos últimos 10 anos, observando as transformações após a pandemia de covid-19, tanto no que diz respeito a relacionamentos interpessoais, como compreensão e construção de conhecimento histórico, buscamos desenvolver um estudo a partir de um projeto de doutorado em História. Este projeto tem como objetivo, identificar a influência das redes sociais, publicidade e monopólio da indústria digital na consciência histórica de jovens que cursam e cursaram o Ensino Fundamental em duas escolas públicas da cidade de Pelotas, considerando o colonialismo digital e a acumulação primitiva de dados. O trabalho que se segue, é uma

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Leciona História no Ensino Fundamental nas redes Municipal e Estadual de Pelotas/Rio Grande do Sul.

discussão inicial das referências e raciocínios que articulam esta pesquisa, que se encontra inicial e em andamento.

Muito tem se falado a respeito das tecnologias na educação, metodologias ativas, educação 4.0 e inteligência artificial. As demandas por inovação tecnológica no mercado, se estendem ao desenvolvimento cognitivo e a lógica empreendedora está praticamente curricularizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua dinâmica de habilidades. Da mesma forma, as plataformas educacionais estão tão presentes na educação que parecem quase “neutras”, mas em maioria são ligadas às big techs, como é o caso do Google Sala de Aula, ou dos próprios serviços de e-mail, que em 70% da utilização por universidades brasileiras, são de propriedade Google, segundo pesquisa do Observatório de Educação Viglada.²

O contexto educacional é um dos espaços de avanço das big techs, pois a expansão da captação e venda de dados e o lucro gerado em cima desta mercadoria, tem levado as empresas de tecnologia a se firmarem entre as mais valiosas. A educação é um dos mercados em crescimento, mas não o único.

Este contexto tem sido articulado na categoria colonialismo digital, que explicita a relação entre “uma nova partilha territorial do globo terrestre entre os grandes monopólios da indústria da informação” (Faustino, Lippold, 2023, p. 24), em que o sul global vira o “território de mineração extrativista de dados informacionais” (Faustino, Lippold, 2023, p. 24).

O tempo presente precisa ser considerado ao pensarmos a História ensinada. É necessário que a aula de História esteja no seu tempo, sendo compatível com as ferramentas disponíveis, mas ao mesmo tempo problematizando os fetiches. Porém, ainda temos lacunas em reflexões que abordem concretamente os sistemas de controle das big techs, que operam predatoriamente inclusive no desenvolvimento de crianças e adolescentes, influenciando a subjetividade de gerações através de inúmeros meios, que vão desde uma busca pessoal por aprovação, expressa na forma de like, até ficar a mercê de algoritmos desenvolvidos a partir de dinâmicas coloniais.

No cotidiano da sala de aula, nos deparamos com cenas em que todos e todas estudantes estão imersos em seus próprios mundos, de cabeça baixa, em seus smartphones, sentados em roda em seus grupos de amigos, mas muitas vezes, sem interagir. E nesse

² Disponível em: <https://educacaoviglada.org.br/pt/mapeamento/brasil/> . Acesso em: 02 mai. 2024.

momento nos perguntamos, o que fazer para despertar o interesse de quem tem ao seu dispor a dopamina em um clique, seja no TikTok, Instagram, FreeFire, Roblox, Supermarket, ou em outras redes, plataformas e jogos? Quais as consequências do uso desregulado e acrítico das redes sociais? Como lidar com uma disputa desigual entre entretenimento e conhecimento histórico?

A tecnologia acompanha a História da humanidade em seu desenvolvimento cognitivo e social desde seus primórdios. Porém, no atual desenvolvimento das forças produtivas, a popularização da tecnologia das coisas e a atuação desregulada das grandes empresas detentoras de monopólios de tecnologia (big techs), têm influenciado a construção da nossa consciência histórica de maneira silenciosa, conforme o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2020) apresenta na obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Pouco se questiona os custos do progresso tecnológico, que implica questões sociais, econômicas, cognitivas e ambientais; mas muito se defende a plataformização da educação, a introdução das chamadas metodologias ativas de ensino, hibridismo e parcerias público-privadas.

Entendemos que é papel da aprendizagem histórica situar estudantes no presente a partir de uma leitura do passado. E uma das demandas da atualidade é a compreensão de uma ideia de soberania de dados ou algorítmica — definida por Sérgio Amadeu Silveira como a necessidade de entender a inteligência computacional como um bem comum livre (Silveira, 2021, p. 50) —, frente a colonização digital em curso.

A categoria colonização é útil para a compreensão do avanço de empresas monopolistas do Norte global no domínio de dados e indução psicológica ao consumo (Cassino, 2021, p. 27). A historiografia, à luz da Nova História Política e dos diálogos com a História do Tempo Presente, pode trazer contextualizações, comparações e metodologias de pesquisa que contribuam para uma compreensão do mundo em que vivemos e nas reflexões a respeito do desenvolvimento da consciência histórica no atual contexto.

A consciência histórica tem sido amplamente debatida pela área da educação-histórica a partir da perspectiva do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen, que defende a didática da História como sendo a finalidade da ciência da História, aproximando a teoria do ensino e valorizando as “características peculiares da história como campo de aprendizado” (2011, p. 31).

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela

necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro (Rüsen, 2011, p. 36-37).

As discussões a respeito das tecnologias da informação e do ensino de História são ainda recentes e a literatura acadêmica tem caminhado para analisar o cenário. Editado em 2021, o livro *Ensino de História e internet: aprendizagens conectadas*, organizado por Osvaldo Rodrigues Jr. e Marcelo Fronza, traz diversos autores e perspectivas a respeito desta problemática. Se por um lado, temos o desafio de aprender a utilizar ferramentas digitais, pensando nas demandas e interesses da juventude, partindo de linguagens como memes, jogos e vídeos, por outro, temos o problema da acumulação primitiva de dados que

Refere-se, em primeiro lugar, à uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologia.

No entanto, atualiza e viabiliza novas formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, a partir de um fenômeno aqui nomeado como acumulação primitiva de dados (Lippold, Faustino, 2022, p. 58).

A historiografia, preocupada com o ensino de História e a História Pública, tem debatido também como as redes sociais têm contribuído para a disseminação do negacionismo, conforme infere e combate o trabalho de mestrado de Ianni Sousa Borges (2022). No contexto brasileiro, com o avanço do negacionismo e cortes de verbas de políticas públicas para educação nos recentes anos pós-golpe de 2016, o estudo de como estas dinâmicas agem sobre a juventude e seu livre arbítrio, bem como a popularização de perspectivas de soberania algorítmica se fazem urgentes.

É possível afirmar que estamos vivendo uma realidade disruptiva no campo tecnológico, psicológico e social, que se expressa na nossa ignorância a respeito do oferecimento gratuito de serviços de acesso e armazenamento de dados pelas big techs, incluindo dados de órgãos públicos como das Secretarias de Educação. Então, este trabalho se situa na encruzilhada dessas questões apresentadas, particularmente a relação que o ensino de História estabelece com novos costumes que estão sendo forjados a partir do uso constante de ferramentas digitais, como a naturalização do uso de smartphones no nosso cotidiano, e as

estruturas de exploração econômica a partir do acúmulo desta nova forma riqueza em forma de dados.

Ressaltamos que este texto não pretende demonizar a inovação, mas sim a apropriação da comunicação, privacidade e subjetividade pelo mercado. Afora isso, conforme a “crítica hacker-fanoniana”, a linguagem, tecnologia e técnica precisam ser descolonizadas (Faustino, Lippold, 2023, p. 197), pois o fetiche da tecnologia, o monopólio e a ignorância aos interesses das big techs nestes serviços reproduz uma série de desigualdades e promove novas ferramentas de exploração e opressão. Para os autores Deivison Faustino e Walter Lippold, que se debruçam a respeito do colonialismo digital, quando estes abordam a problemática da tecnologia como um fetiche, afirmam:

Ocorre que o fetiche não se reduz à naturalização da exploração; expressa-se também, pela aceitação do mito da neutralidade ou da incontornabilidade - seja salvadora, seja amaldiçoadora - da tecnologia, como se ela própria não fosse fruto de relações sociais historicamente determinadas que a projetam de acordo com certas finalidades políticas, culturais e econômicas (Faustino, Lippold, 2023, p. 44).

Tendo acordo com a “crítica hacker-fanoniana” dos referidos autores e dialogando com as etapas de desenvolvimento da pesquisa e escrita da História de Rüsen, as “relações sociais historicamente determinadas” da nossa atualidade, bem como o processo colonial, são objetos do estudo e ensino de História e deve estar no horizonte do currículo desde sua base, principalmente em se tratando de Brasil, que é estruturado na colonização. Dessa forma, compreender a realidade pensando na aproximação das indagações do tempo presente da História e a utilizando como ferramenta pedagógica, cumprimos parte da função social da aula de História. Porém, além dos discursos, currículos e métodos, não podemos perder de vista o cotidiano e a cultura histórica a que a juventude estudante está imersa.

O caso do injustiçado da História Nikola Tesla: o presente para a História urge

“Defenda uma pessoa invisibilizada para ser homenageada”. Esta era a questão número 3 de uma proposta de atividade realizada com turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental regular e etapas 7 e 8 da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ao final do ano letivo de 2022. O trabalho era em grupo e partia de recortes que continham imagens e biografias de quatro personalidades históricas que tiveram suas estátuas atacadas em 2020 e 2021: Jefferson Davis, Cristóvão Colombo, Edward Colston e Borba Gato. Em turmas,

adiantamentos e escolas diferentes, nos chamou a atenção a defesa de uma pessoa considerada invisibilizada e que deveria, na visão de muitos estudantes, ser homenageada: Nikola Tesla.³

Por que determinados alunos, “coincidentemente” meninos e brancos, defendiam a mesma personalidade? Qual o motivo do fascínio que este personagem despertou? Quais os meios em que as informações sobre Nikola Tesla circundam naquele contexto? Quais os discursos propagados a respeito dele? Por que ele estava sendo considerado invisibilizado? Na sala de aula, essa figura que pouco conhecíamos passou a ser frequente nesse exercício de aula. Encontramos um vídeo de 2021 com 22.424.173 de visualizações⁴ no canal do Youtube *Nostalgia*, um dos vídeos mais assistidos do canal, o conclamando como “o inventor mais injustiçado da História”.

A hipótese em que se sustenta este trabalho, é que esse público se encontre em uma determinada bolha em que este conteúdo é difundido. O canal em questão, segundo Karina Oliveira Brito e Osvaldo Rodrigues Junior, inspira confiança entre jovens do Ensino Médio. Segundo os autores, os quatro principais aspectos que imprimem confiabilidade na interpretação dos estudantes observados: “1) confiança nas fontes; 2) confiança atribuída a qualidade da explicação; 3) confiança nos especialistas (historiadores); 4) confiança relacionada à audiência do comunicador” (Brito; Rodrigues Jr., 2021, p. 85). O estudo de Brito e Rodrigues Jr. corrobora com a abordagem de Sonia Meneses, de que a forma de comunicar a temática atrai e fideliza o público mais do que o seu conteúdo. Para Meneses, parte dessa historiografia midiática manipula informações, fontes e debates acadêmicos, em uma preocupação muito mais com o formato e alcance do que com a metodologia e ética (Meneses, 2019, p. 75). A autora chama de historiografia midiática, “toda a produção de leitura do passado que se ampara no universo dos meios de comunicação, em seus vários formatos, e que se destinam a grandes audiências” (Meneses, 2019, p. 73).

Brito e Rodrigues também advertem que a confiança acrítica às fontes reforçaria uma perspectiva tradicional ou positivista da História, algo que na ciência de referência da academia, a partir da Escola dos Annales, considera como vencida, porém, está presente na cognição histórica (Brito; Rodrigues Jr., 2021, p. 86). Apenas a descrição da fonte ou o acesso a mesma não é garantia de rigor científico, nem de compreensão de quadros analíticos

³ Segundo a Wikipédia: “Nikola Tesla foi um inventor, engenheiro eletrotécnico e engenheiro mecânico sérvio, mais conhecido por suas contribuições ao projeto do moderno sistema de fornecimento de eletricidade em corrente alternada”.

⁴ Até a data de submissão deste texto, em 17 de dezembro de 2023.

que contribuem para ler o mundo historicamente. Para a professora portuguesa da Universidade do Minho, Isabel Barca, “em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida por variadíssimas fontes” (Barca, 2006, p. 95).

No vídeo é reforçado o discurso das patentes que envolvem o nome de Tesla e é mencionada a propriedade do magnata Elon Musk⁵ de sua empresa. Suponho que a exaltação de Nikola Tesla se relacione com a propaganda da empresa de carros elétricos e baterias Tesla Motors, aliada ao enaltecimento da própria figura do bilionário. Aqui, insiro a hipótese de formação da subjetividade do sujeito-neoliberal, o reforço à meritocracia e a publicidade do sujeito empreendedor de si, tendo como modelo a figura de Elon Musk como alvo de consumo e interesse dessa geração ou de um grupo específico de jovens, gerando interesse nas mídias e redes sociais.

Para Cristiane Marinho, se alicerçando no pensamento de Pierre Dardot e Christian Laval, na formação do sujeito-neoliberal “prevalece o discurso da definição do homem desejoso de ser ‘bem-sucedido’, ter sucesso pelo próprio esforço empreendedor e, por isso, deve se deixar ser formado para alcançar seu objetivo de ser um empresário bem sucedido” (Marinho, 2019, p. 28). Dardot e Laval expõem as estratégias da educação formal e informal na formação desse “neossujeito”. Temos então, no campo da formalidade, o papel da Escola, das reformas educacionais, cortes de investimentos nos serviços públicos, privatizações e aqui insiro o papel da contratação das big techs, disfarçado de metodologia ativa de ensino-aprendizagem. No campo da informalidade, entre outros setores, considero as redes sociais um dos principais focos de propagação de ideias.

O contexto do colonialismo digital, em conformidade com a formação dos sujeitos-neoliberais, tem desenvolvido a subjetividade de crianças e adolescentes, influenciado na consciência histórica, nas formas de ler o mundo e agir sobre seu tempo. Assim, os conceitos de colonialismo e soberania se inserem, como uma proposição de reflexão na temporalidade do presente e no passado da História do Brasil. Maria Auxiliadora Schmidt afirma a respeito da consciência histórica:

⁵ Segundo a Wikipédia, Elon Musk: “é um empreendedor, empresário e filantropo sul-africano-canadense, naturalizado estadunidense. Ele é o fundador, diretor executivo e diretor técnico da SpaceX; CEO da Tesla, Inc.; vice-presidente da OpenAI, fundador e CEO da Neuralink; cofundador, presidente da SolarCity e proprietário do Twitter (X). Em 2023, ele era a pessoa mais rica do mundo, com um patrimônio líquido estimado em US\$ 225 bilhões de dólares, de acordo com o *Bloomberg Billionaires Index*.” É herdeiro de minas de esmeralda na Zâmbia e segundo o jornal Brasil de Fato, alvo de desconfianças na relação com o governo Bolsonaro e o favorecimento da rede de internet Starlink nos territórios Yanomamis, beneficiando o garimpo ilegal.

[...] é o local em que o passado é levado a falar e este só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação na vida prática atual, diante das suas experiências no tempo. Trata-se de uma lembrança interpretativa que faz presente o passado, no aqui e agora (Schmidt, 2008, p. 85).

As questões de indução de comportamento podem gerar perspectivas de orientação no tempo, formas de ler o passado e pensar sobre o presente, de maneira que precisamos investigar os vieses. O historiador Enrique Serra Padrós — ao analisar a perspectiva da História do Tempo Presente, da História Contemporânea e da História Imediata —, e se debruçando sobre o pensamento de Eric Hobsbawm e René Rémond, infere:

O desenvolvimento da História Imediata está vinculado ao intenso crescimento tecnológico, nos últimos anos, dos meios de comunicação e apresenta novos desafios aos historiadores diante da dinâmica colocada ao grande público, quais sejam: o imediatismo da veiculação das informações — simultaneamente à realização do evento —; a amplitude do seu alcance — direcionado à opinião pública mundial —; e uma relação, aparentemente paradoxal, entre subinformação e superinformação (quantidade de informação em detrimento da sua qualidade), o que, geralmente, resulta na construção de um conhecimento fragmentado, assistemático e que banaliza os elementos significativos para a sua compreensão (Padrós, 2004, p. 201).

De acordo com Padrós (2004), as tecnologias, a superprodução de informação, têm influenciado a forma como produzimos, armazenamos e analisamos a cultura histórica. O Tempo Presente se manifesta, comunica e expõe opiniões, porém, a preocupação com factualidade e cientificidade está em declínio e o negacionismo, em ascensão.

Trazendo a Internet e as redes sociais como ambiente de construção histórica, política, ideológica, cultural, a historiadora Débora El-Jaick Andrade aponta: “As pessoas ficam cada vez mais conectadas, quase que naturalmente condicionadas a tornarem-se usuárias das redes sem que estejam necessariamente habilitadas a compreender, distinguir e usar de modo eficiente o conhecimento disponível na Internet.” (Andrade, 2022, p. 202). Desta forma, podemos afirmar que as redes sociais têm grande interferência no cenário político e cultural. A autora afirma:

Nestes novos tempos, a historiografia é instada a incorporar conscientemente tal realidade, assim como a operacionalizar as interações que ocorrem na Internet, não apenas como um vasto universo de fontes para a pesquisa, mas também como possibilidades de delimitar, a partir deste, uma variedade de objetos de estudos para a Nova História Política, assim como para a História das Ideias, a História Cultural e a História Social. (Andrade, 2022, p. 181).

Desta forma, o presente trabalho se debruça com os desafios atuais de pensar o ensino de História brasileiro dentro do contexto de globalização, exploração de dados e consumo em massa. As transformações cognitivas que podem acarretar o atual cenário, precisam estar na ordem do dia das pesquisas acadêmicas para compreendermos a sociedade que vivemos e queremos transformar. Aqui, buscamos apresentar os principais argumentos para responder a pergunta que intitula esse trabalho. O isolamento da Didática da História no todo da historiografia, ficando a cargo de nichos específicos de acadêmicos, sendo pouco tocada pelo restante de historiadores e historiadoras, que em muito poderiam contribuir para a área, acaba comprometendo o combate à historiografia midiática anti-ética e negacionista.

Conclusões preliminares

A pesquisa que este trabalho se alicerça ainda está em fase inicial. Até o presente momento, estão sendo coletados em diário de campo, informações a respeito dos hábitos digitais observados no cotidiano da sala de aula em duas escolas da cidade de Pelotas, uma estadual e outra municipal, de Ensino Fundamental, de 6º a 9º ano. Também estão sendo quantificados os questionários aplicados no ano de 2023 a 242 estudantes e a 90 em 2024 a , igualmente com o objetivo de mapear os hábitos digitais e os interesses buscados nas redes sociais.

Os resultados preliminares apenas quantitativos que analisamos até então do total de 270 questionários respondidos, apresentou o *ranking* das três plataformas mais utilizadas: 1º- Youtube (utilizado por 78% dos estudantes atendidos pelo questionário); 2º- Tik Tok (76%); 3º- Whatsapp (73%). Dessa forma, se obtém a visualização que a plataforma de vídeos Youtube é alvo de interesse da maioria destes estudantes e logo na sequência, o Tik Tok, que propõe uma linguagem de abreviação de vídeos e aceleração de informações. Em seguida está o Instagram e o FreeFire, ressaltando que o questionário apresentava as opções de 16 aplicativos, em que podiam ser selecionadas diversas opções.

O questionário semi-estruturado contou com 18 perguntas, questionando sobre: nome, idade, gênero, identidade racial, o que gostam de fazer fora da escola, o que gostam e o que não gostam na escola, atividades preferidas na escola, preferências de séries, música, leituras, acesso a tecnologias (se possuem celular, computador de mesa/notebook, tablet, videogame), acesso a compras pela internet, acesso a sites e aplicativos, rede social mais usada, conteúdo acessado e preferência entre youtubers e influencers. Neste mesmo grupo de 270 estudantes

de 10 a 19 anos, também foi observada variações no que se refere a gênero, havendo características distintas de interesse e número de redes sociais visitadas, que corroboram com a reprodução de estereótipos de gênero.

As próximas etapas da pesquisa visam o aprimoramento metodológico, visto que o questionário aplicado até então necessita de ajustes para ser reeditado e melhor aproveitado, principalmente no que se trata a uma visualização da influência da historiografia midiática na consciência histórica. Somando a isso, enxergo como necessário o diálogo provocativo para indagar a estudantes como observam e inferem a respeito do avanço das mídias, redes e plataformas. E por fim, a pesquisa pretende desenvolver sequências didáticas de aulas de História que abordem o colonialismo digital, buscando trazer o conhecimento histórico para a discussão e a partir disso, analisar as deduções dos estudantes sobre a temática após a intervenção pedagógica nas aulas de História, que esperamos que apresente uma série de camadas e abordagens possíveis e úteis.

A sala de aula no Ensino Fundamental é um interposto de conhecimentos, experiências, sentimentos e personalidades. A aula de História, em seus 45 minutos multiplicados por 2 encontros, é um espaço de experimentações e desafios para a docência. Muitos incômodos são sentidos quando se propõe pensar a aprendizagem histórica de um lugar crítico-reflexivo, socialmente referenciado, tentando não perder de vista a ciência de referência da academia.

A Nova História Política, se preocupando com os desafios teóricos e metodológicos da pesquisa histórica articulada na História do Tempo Presente, precisa estar necessariamente debruçada sobre as transformações que estão sendo observadas no que está sendo chamado de História Digital. E todas estas ferramentas devem servir a didática da História, para que a História cumpra sua função de ensino e aprendizagem, dando sentido às reflexões que fazemos na academia.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Débora. Redes Sociais digitais: um novo horizonte de pesquisas para a História do tempo presente. In: BARROS, José D'assunção (org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p.179-227.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 93-112, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bqhz7MVKCd3TLVT6jFLcpFK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRITO, Karina O.; RODRIGUES JR., Osvaldo. Entre forma e conteúdo: os estudantes do Ensino médio 73 diante das temáticas históricas no YouTube. (In:) FRONZA, Marcelo; RODRIGUES JR., Osvaldo (Orgs.). **Ensino de História e Internet: aprendizagens conectadas**. São Paulo: Paruna Editora, 2021. Disponível em: https://www.paruna.com.br/wp_paruna/wp-content/uploads/2022/02/ebook-ensino-de-historia-e-internet-paruna.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

CASSINO, João F. O sul global e os desafios pós-coloniais na Era Digital. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A. (org.) **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. (E-book Kindle).

ELON MUSK. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Elon_Musk&oldid=67106007. Acesso em: 12 dez. 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução: Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyné, 2020. (E-book Kindle).

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 14, n.2, p. 56–78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MARINHO, Cristiane. O sujeito neoliberal e a educação como capital humano. **Kalagatos - Revista de Filosofia**. v.16, n. 2, p. 25-40, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6587/5506>> Acesso em: 13 jan. 2023.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88 - 2019.

NIKOLA Tesla: o inventor mais injustiçado da história. Direção: Felipe Castanhari. Roteiro: Rob Gordon e Felipe Castanhari. Produção: Thed Oliveira. Canal Nostalgia, 2021. 1 vídeo (74:10 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pYP7OGTdYY8&t=1s&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 12 de dez. 2023.

NIKOLA Tesla. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nikola_Tesla&oldid=66955039. Acesso em: 13 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO VIGIADA. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/>. Acessado em 02/05/2024.

PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PAJOLLA, Murilo. Internet de Elon Musk é vendida a garimpeiros na terra Yanomami por compradores de ouro ilegal. **Jornal Brasil de Fato**, Lábrea, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/20/internet-de-elon-musk-e-vendida-a-garimpeiros-da-terra-yanomami-por-compradores-de-ouro-ilegal>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora *et. al.* (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. p 23-40.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. **Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 1, p.81-96, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1945>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A. (org.) **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. (E-book Kindle).